



# PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO

## ESTADO DO PARÁ



LEI MUNICIPAL N.º 490, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2005.

**PUBLIQUE-SE**

06/01/06

Ver Joas Possidônio  
Presidente

DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**JORGE PAULO DA SILVA**, Prefeito Municipal de Redenção, Estado do Para, no exercício de suas atribuições legais, **FAZ SABER QUE A CAMARA MUNICIPAL, POR SEUS REPRESENTANTES APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

**Artigo 1º** - Cabe à Comissão Fiscalizadora do Concurso Público, instituída através, de Decreto específico, a realização de Concursos e Processos Seletivos para provimento de Cargos do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Redenção.

**Artigo 2º** - A COMISSÃO FISCALIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO para preenchimento de cargos vagos será composta por 01(um) representante do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, no Estado do Para/Seção Redenção, (Sindsaúde), 01(um) representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública, Redenção, (Sintepp), 01(um) representante da Câmara Municipal de Redenção do seu quadro pessoal efetivo, e 02(dois) representante da escolha do Chefe do Poder Executivo dentro do seu quadro pessoal efetivo, de reconhecida idoneidade moral, os quais terão as atribuições de fiscalizar o trabalho a ser realizado pela, empresa contratada através de processo de licitação, para organização, aplicação e correção das provas podendo, praticar todos os atos necessários para o bom e fiel cumprimento das atribuições.

**§ 1º** - A escolha dos nomes para formação da Comissão Fiscalizadora para o Concurso Público, se dará, através de uma lista tríplice, apresentada pelos Sindicatos representativos dos funcionários de classe do município, descrito acima e a Câmara Municipal, a qual será escolhido dentro da lista o seu representante, pelo Chefe do Poder Executivo.

J.P.C. - Jorge Paulo  
Prefeito Municipal



## PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO ESTADO DO PARÁ



**§ 2º** - A Comissão Fiscalizadora terá a responsabilidade de cumprir, e exigir que se cumpra as determinações, do Regulamento do Concurso Público, estabelecida no Edital.

**§ 3º** - Para cada Concurso ou Processo Seletivo será constituída, especialmente uma Comissão que deverá ser composta por no mínimo cinco pessoas, escolhido seu Presidente pelo Chefe do Poder Executivo.

**Artigo 3º** - A Comissão Fiscalizadora, juntamente com a empresa contratada, elaborará, para cada concurso, Edital que deverá estabelecer:

- requisitos gerais de inscrição;
- requisitos especiais exigidos para o exercício do cargo;
- modalidade do concurso;
- as matérias sobre as quais versarão as provas;
- forma classificação e aprovação;
- prazo de validade do Concurso;

**Parágrafo Único** - O prazo de validade do Concurso poderá ser prorrogado atendendo a interesses da Administração, de acordo com o artigo 37, inciso III, da Constituição Federal.

**Artigo 4º** - A inscrição no Concurso será feita pelo próprio candidato, sendo admitida à inscrição por procurador, desde que outorgados poderes especiais, junto ao órgão competente.

**Artigo 5º** - Os pedidos de inscrição serão recebidos pela empresa contratada através de seu departamento, cabendo à Comissão Fiscalizadora sua aprovação, de acordo com as exigências do Edital.

JPC - Jorge Paulo  
Prefeito Municipal



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO**

## **ESTADO DO PARÁ**



**Artigo 6º** - A Homologação das Inscrições e eventuais indeferimentos, serão divulgados pela Comissão Fiscalizadora, através de Edital que será sempre afixado no local de costume da Prefeitura Municipal e através da Imprensa Escrita, com circulação local ou regional.

**§ 1º** - Do indeferimento caberá recurso no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de sua divulgação, a Comissão Fiscalizadora, que o julgará até prazo de 05 (cinco) dias.

**§ 2º** - Interposto o recurso e não julgado no prazo de, 05 (cinco) dias o candidato poderá participar condicionalmente das provas que se realizarem, até a decisão do recurso, permanecendo no Concurso, se este lhe for favorável e dele sendo excluído, se negado.

**Artigo 7º** - A empresa contratada será encarregada da preparação, aplicação e julgamento das provas.

**Artigo 8º** - As provas serão realizadas em dia, hora e local fixados em Edital que deverá ser divulgado com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

**Artigo 9º** - Somente será admitido à prestação de provas o candidato que comprovar, no ingresso à sala de Concurso, sua identidade, mediante documento hábil.

**Artigo 10** - Não haverá segunda chamada para qualquer das provas.

**Artigo 11** - Durante a realização das provas não será permitido ao candidato, sob pena de exclusão do concurso:

I - comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao concurso, bem como consultar livros ou apontamentos, salvo as fontes informativas que foram autorizadas pela comissão examinadora;

II - ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente em casos especiais, na companhia do fiscal;

III - uso de calculadoras ou similares, celulares ou congêneres.

  
JPC - Jorge Paulo  
Prefeito Municipal



## PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO ESTADO DO PARÁ



**Artigo 12** - As salas de provas serão fiscalizadas por pessoas designada pela empresa contratada vedado o ingresso a elas de pessoas não autorizada.

**Artigo 13** - As provas escritas serão sempre corrigidas através do sistema de Leitura Óptica, exceto aquelas eventualmente aplicadas para candidato de deficiência, dada às dificuldades de entendimento por parte dos mesmos e, por consequência sua aplicabilidade.

**Artigo 14** - As notas atribuídas às provas, na escala de 0 (zero) a 10 (dez), bem como a nota final, serão aproximadas até décimos, arredondados para um décimo as frações iguais ou superiores a cinco centésimos, e desprezadas as inferiores.

**Artigo 15** - Terminada a avaliação das provas, serão divulgadas a nota por prova e a média final de cada candidato.

**Artigo 16** - No prazo de 03 (três) dias, a contar da publicação referida no artigo anterior, o candidato poderá requerer à comissão examinadora revisão da nota atribuída às provas.

**Artigo 17** - Após eventuais alterações, será publicado o resultado final do concurso.

**Artigo 18** - Quando, na realização do concurso, ocorrer irregularidade insanável ou preterição de formalidade substancial que possa afetar o seu resultado, qualquer candidato poderá recorrer à autoridade que determinou a sua realização e esta mediante decisão fundamentada e proferida em 05 (cinco) dias, anulará o concurso, parcial ou total, promovendo a apuração da responsabilidade dos culpados.

**Parágrafo Único** - O recurso previsto neste artigo poderá ser interposto até 03 (três) dias após a publicação do resultado final do concurso.

JPC - Jorge Paulo  
Prefeito Municipal



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO**

## **ESTADO DO PARÁ**



**Artigo 19** - Compete ao Chefe do Poder Executivo Municipal no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do resultado final, a **HOMOLOGAÇÃO** do Concurso, à vista do relatório apresentado pela Comissão Fiscalizadora, podendo esta ser por cargo ou conjunto de cargos.

**Artigo 20** - A nomeação deverá obedecer à ordem de classificação.

§ 1º - Em caso de empate na classificação terão preferências sucessivamente, os candidatos:

I - casados, viúvos ou separados judicialmente;

II - os candidatos com maior números de filhos;

III - os candidatos de maior idade.

**Artigo 21** - Os casos omissos neste Projeto de Lei e não previstos no Edital respectivo serão resolvidos pela Comissão Fiscalizadora.

**Artigo 22** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE REDENÇÃO –**  
**PA, aos 16 dias do mês de dezembro de 2005.**

  
**JPC – JORGE PAULO**  
**Prefeito Municipal**